

**Miguel Sanches Neto. *A segunda pátria*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015. 314 p.**

Um judeu, branco entre os brancos, pode negar que seja judeu,  
declarar-se homem entre homens.  
O negro não pode negar que seja negro ou reclamar para si  
esta abstrata humanidade incolor: ele é preto.

Jean-Paul Sartre

Haverá limites para a construção ficcional, mesmo quando desafia a verossimilhança realista e reescreve o passado na contramão do que de fato ocorreu? E não se fala aqui de um passado individual, resguardado no aconchego dos círculos íntimos, mas da história de todo um país, conhecida e ensinada, instalada no senso comum. Ao se apropriar de acontecimentos inscritos na memória nacional como trampolim para um mergulho no que o autor chama de “pesadelo”, *A Segunda Pátria* – novo romance de Miguel Sanchez Neto – coloca-se antes de tudo como desafio e abalo perante os próprios fundamentos da ficção, em especial a de base historiográfica.

A ação se passa no sul do Brasil, entre os anos de 1938 e 1941, mais especificamente em Blumenau, com sua numerosa colônia alemã, estendendo-se ainda a Porto Alegre e a espaços rurais sulinos intencionalmente não identificados. É um tempo de trevas, marcado, no plano internacional, pela crescente agressividade da Alemanha nazista, que leva à invasão da Polônia, em 1939, e à deflagração da Segunda Guerra Mundial. No plano interno, vivem-se os anos de chumbo da ditadura do Estado Novo, comandado por Getúlio Vargas, a oscilar entre o apoio ao Eixo nazifascista e os Aliados, liderados pelos Estados Unidos. Mas, se no discurso da história, o III Reich restringiu-se à Alemanha e aos territórios por ela invadidos, na ficção de Sanches Neto a guerra chega ao Brasil.

*A Segunda Pátria* narra os infortúnios de Adolpho Ventura, nascido Trajano e filho de um jardineiro que logra conseguir amparo na casa do imigrante alemão onde trabalha. O

patrão “adota” a criança e o matricula na *Neue Deutsche Schule*, destinada aos filhos dos colonos. Em agradecimento, os pais o rebatizam Adolpho – nome do filho do patrão morto na Primeira Guerra. Na escola, o menino negro conhece Hertha e logo se apaixona. Destaca-se ainda pela inteligência, aprende a segunda língua e ganha amigos e presentes ao fazer os deveres de casa dos colegas, sobretudo desenho e escrita. Mais tarde, se especializa na atividade e passa a “vender tarefas escolares” (p. 40), levando os cadernos dos amigos para casa. Cresce considerando-se “mais germânico que os colonos” (p. 28), sendo mais tarde levado por um colega de posses ao curso de engenharia no Rio de Janeiro, onde se forma, com muito esforço e trabalho.

Enquanto isto, Hertha, órfã de pai e mãe e praticamente livre perante os frágeis controles do tio Karl, torna-se adolescente de muitos amigos e namorados. Integra-se sem muita convicção à juventude teuto-brasileira e viaja à Alemanha para conhecer de perto o III Reich e ver o tabu da virgindade ser substituído na prática pela doutrinação em torno da grandiosa missão feminina de povoar o mundo com seres de raça “pura” e “superior”. De volta a Blumenau, torna-se uma jovem promíscua, com preferência por homens mais velhos, inclusive prestando-se a um folhetinesco encontro secreto em Porto Alegre, para, em seguida, se aproximar novamente de Adolpho, até aquele momento trabalhando como engenheiro da prefeitura. O enredo encontra sua amarra central quando Hertha finalmente engravida, não dos teutos, mas do jovem afrodescendente. É então obrigada a refugiar-se no Rio de Janeiro para ter secretamente a criança, de pronto entregue a Adolpho e, logo em seguida, aos avós paternos. Um detalhe importante é que no livro nada acontece conforme a recensão aqui esboçada: tempos e lugares se cruzam, flashbacks se sobrepõem, a linearidade consecutiva do romance realista é deixada de lado.

*A Segunda Pátria* explora o principal alicerce ideológico do nazismo e a partir dele constrói a tensão que sustenta o enredo. Com efeito, o ódio racial surge já nas primeiras páginas do pesadelo distópico em que é mergulhado o leitor, pois tudo acontece aqui, no paraíso tropical “abençoado por Deus e bonito por natureza”, como diz a canção. No livro, Getúlio recebe Hitler em Porto Alegre para sacramentar a aliança e finalmente dar ao Brasil “uma presença na política internacional” (p. 137). Como resultado, permite a existência de um verdadeiro estado nazi-germano incrustado nas bordas sulinas do Estado Novo. Já nas primeiras páginas, toma-se conhecimento de ofício do “Partido Nazista do Brasil”

explicitando que “será considerado crime um ariano casar-se com alguém de origem judaica ou de cor”. Em seguida, o narrador explicita que a “aplicação das leis alemãs nas áreas em que essa etnia fosse maioria estava garantida pelo acordo entre o Terceiro Reich e o Estado Novo” (p. 28).

Em crônica publicada em 1943 no jornal *O Imparcial*, de Salvador, Jorge Amado já chamava a atenção para as “leis imbecis do imbecil congresso de Nuremberg, onde as teses racistas foram oficializadas” – com destaque para a proibição de uniões inter-raciais e para a própria dicotomia entre a “raça superior” e as “raças inferiores” –, destinadas a serem “escravas daquela”, e alertava para a ameaça que então nos atingia “diretamente” (AMADO, 2008, p. 64). O escritor refere-se ao encontro anual do Partido Nacional-Socialista realizado em Nuremberg desde 1923 que, em sua sétima edição, aprovou normas pelas quais só era considerado alemão quem tivesse os quatro avós alemães.

*A Segunda Pátria* dá vida aos prognósticos amadianos e faz as leis de Nuremberg serem impostas em boa parte do sul do país. No romance, o “Partido Nazista do Brasil” é forte o suficiente para dominar o poder local em todas as suas instâncias. E os negros são não apenas despojados de seus empregos e bens materiais, mas também segregados e confinados em áreas rurais a fim de receberem uma “verdadeira educação entre os seus e também para trabalhar” (p. 59). Já nas primeiras cenas do livro, Adolpho leva uma cusparada no rosto ao acompanhar da calçada um desfile de “soldados” hitleristas, tendo no colo o filho negro-alemão. Na sequência, é demitido, perde a moradia e a preciosa biblioteca germânica que tanto apreciava. Feito prisioneiro, é escravizado junto com outros afrodescendentes numa fazenda pertencente a alemães e utilizada como campo de concentração.

Enquanto isso, seus pais – Erendina e João Ventura – têm que empreender longa caminhada com o neto ao colo a fim de driblarem a vigilância até finalmente conseguirem ajuda de um amigo ferroviário e embarcarem para o Rio de Janeiro escondidos num vagão de carga. Já Hertha volta a Blumenau, depois da noite de sexo com o Führer no porão do palácio onde o visitante ilustre se hospedara secretamente em Porto Alegre. E volta para cair num abismo pessoal bastante próximo da loucura: marcada para sempre e vítima do medo, emagrece, perambula pelas ruas, julgando estar prestes a ser morta por um nazista. Quanto a Getúlio, este não se suicida, pois é morto pelo negro Gregório Fortunato, inconformado

com as perseguições a seus irmãos de cor. Insuflado por Oswaldo Aranha, o guarda-costas asfixia o ditador em pleno Palácio do Catete e, assim, tem início a guerra civil, que irá opor os germanófilos a seus adversários apoiados pelos Estados Unidos.

Como se vê, Miguel Sanches Neto não mede esforços para narrar o que *poderia ter acontecido*. E se vale dos procedimentos da metaficção historiográfica para produzir um texto distópico que contraria os próprios modelos do gênero. Em *A Segunda Pátria*, o autor usa e abusa de fatos e seres de nosso passado para construir uma fantasia que persegue o estranhamento em cada página. Mas, ao contrário de clássicos distópicos como *1984* ou *A Laranja Mecânica*, localiza sua ficção não no futuro, mas num tempo que já se foi para reescrevê-lo em ritmo de sonho ruim. Distante dos padrões consagrados no discurso do romance histórico, faz desfilar figuras da época, como os generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, ambos simpatizantes da Alemanha, o segundo eleito mais tarde Presidente da República. E os entrelaça a Adolf Hitler, Filinto Müller e Cordeiro de Farias; ao cônsul Friedrich Ried e aos já citados Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha, além de um certo Karl Henning von Cossel, “amigo de Getúlio e chefe do Partido Nazista do Brasil” (p. 138). Assim, o dado histórico é intencionalmente subvertido e passa a integrar o caldeirão ficcional que constitui o romance.

Descartada a correspondência mimética entre estória e história, a narrativa avança sobre o passado de tantos traumas para fazer suas feridas novamente sangrarem em nossa imaginação. E o que se pensava cicatrizado, morto e sepultado – a exemplo da intolerância, do ódio racial e da própria escravidão – retorna em formato de delírio, para destacar não apenas os lobos dos tempos das trevas, mas também uma humanidade que resiste e se recusa a embrutecer. Miguel Sanches Neto faz voltar até nós aquela página da história que todos julgamos superada. E o faz com a força do absurdo que faz lembrar e, por que não, acender também o sinal de alerta.

**Eduardo de Assis Duarte**

Universidade Federal de Minas Gerais/CNPq

**Referência**

AMADO, Jorge. *Hora da guerra: a Segunda Guerra Mundial vista da Bahia*. Crônicas. Seleção de Myriam Fraga e Ilana Seltzer Goldstein; prefácio de Boris Fausto. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.